

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
CADASTRAMENTO DE FIRMAS E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.**

RECEBI O ORIGINAL

EM 18/11/16
[Assinatura]
Antônia Evangelina A. V. dos Santos
Procedente da CFCFJL / UFS
SIAPE nº 1103150

Licitação: Concorrência Pública nº 11/2016

Objeto: “Reforma do Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe, localizando na Rodovia SE-230, s/n, CEP 49680-000, no município de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe”

A **RGM CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita na CNPJ/MF sob o nº 01.162.250/0001-90, com sede na Rua Edilson Andrade, nº 57, Bairro Jardim Rosa Elze, São Cristóvão/SE, CEP 49.100-000, por seu representante legal infra assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fulcro no § 3º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, apresentar suas

CONTRARRAZÕES

aos **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos pela **SHOCK ENGENHARIA LTDA – ME** e pela **ART PROJETOS, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP** contra a Decisão dessa digna Comissão proferida na Ata datada de 31/10/2016 que desclassificou as Recorrentes da **CONCORRÊNCIA Nº 11/2016**, com base nas razões de fato e de direito a seguir articuladas:

I – RESUMO DOS FATOS

Na Decisão proferida na Ata datada de 31/10/2016, a Comissão Permanente de Cadastramento de Firms e Julgamento de Licitação da Universidade Federal de Sergipe julgou Desclassificadas as Licitantes **Shock Engenharia Ltda – ME** e **ART Projetos, Construções e Serviços Ltda EPP** para a **Concorrência nº 11/2016**, cujo objeto consiste na “**Reforma do Campus do Sertão da Universidade Federal de Sergipe, localizando na Rodovia SE-230, s/n, CEP 49680-000, no município de Nossa Senhora da Glória, no Estado de Sergipe**”.

A Decisão teve por fundamento o fato de que tanto a Shock Engenharia Ltda – ME quanto a ART Projetos, Construções e Serviços Ltda EPP deixaram de atender aos itens 5.10.6 e 5.10.6.1 do Edital, pois não apresentaram a composição analítica de preços do item 02.02 – “Frete” da Planilha de Serviços, além de a Shock Engenharia Ltda – ME também não ter atendido ao item 9.2.4 do Edital, haja vista que não apresentou a composição analítica de preços do item 01.01.002 – “Equipamentos de Apoio à Produção” que faz parte do item “Administração Local da Obra”.

Não obstante a irresignação das Recorrentes, deve ser mantida a Decisão ora recorrida, consoante restará sobejamente demonstrado adiante.

II – DO MÉRITO RECURSAL

Os itens 5.10.6, 5.10.6.1 e 9.2.4 do Edital que não foram atendidos pelas Recorrentes assim dispuseram, *ipsis litteris*:

5.10.6 – Além da planilha individualizada de preços, a licitante deve apresentar:

5.10.6.1 – **composição detalhada dos preços unitários**, em duas casas decimais, (incluindo mão-de-obra, custo de todo material utilizado e BDI) resultando na clareza da formação dos preços dos itens que compõem a planilha orçamentária;

(...)
9.2.4 – A composição do item “Administração Local da Obra”, “Mobilização” e “Desmobilização” deverá ser apresentada de **forma detalhada**, demonstrando toda a sua composição, de modo que fique demonstrado que esses itens não estão incluídos na composição do BDI.
(grifo nosso)

Portanto, resta claro nos mencionados dispositivos que o Edital exigiu expressamente a apresentação da composição analítica de todos os preços unitários, os quais, no entanto, não foram integralmente apresentados pelas Recorrentes. Ademais, além de uma exigência editalícia, a apresentação da composição analítica de todos os preços unitários pelas licitantes é uma obrigação estipulada pelo próprio Tribunal de Contas da União na Súmula nº 258:

SÚMULA Nº 258

As composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, **devem constar [...] das propostas das licitantes** e não podem ser indicados mediante uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.
(destacamos)

Desta forma, não merecem prosperar as alegações das Recorrentes de que os itens que por elas não foram detalhados seriam irrisórios e dispensáveis, haja vista que, em primeiro lugar, a apresentação da composição analítica dos itens em questão decorre não apenas de uma exigência expressa do instrumento convocatório, ao qual a Administração está vinculada, como também de uma obrigação determinada pela própria Corte de Contas da União. Em segundo lugar, também não merece guarida o argumento das Recorrentes de que os itens em questão seriam irrisórios e dispensáveis pelo fato de que, se as suas composições analíticas realmente fossem desnecessárias para a presente licitação, o Edital simplesmente não as teria exigido, sendo que o referido ato convocatório não fora previamente impugnado pelas Recorrentes quanto a tal exigência.



De fato, as composições analíticas dos itens em questão são documentos imprescindíveis, sem os quais a Administração simplesmente não tem como averiguar a forma pela qual as Recorrentes chegaram aos preços que indicaram em suas Propostas de Preços e, por conseguinte, sem os quais a Administração não tem como efetuar a análise da exequibilidade das Propostas e efetuar as medições dos serviços para fins de pagamento durante a execução contratual, tal como tecnicamente fundamentado pelo Departamento de Obras e Fiscalização – DOFIS na sua análise transcrita na Decisão recorrida:

A CPCFJL decidiu questionar o DOFIS sobre a relevância da falta de apresentação da composição detalhada de itens como 01.01.002 ‘Equipamentos de Apoio à Produção’ e 02.02 ‘FRETE’ da planilha de SERVIÇOS. O DOFIS emitiu a seguinte resposta “(...) a ausência de composição detalhada de preço inviabiliza a fiscalização e medição dos serviços que não contam com a referência de quais insumos, mão de obra, encargos, etc., serão utilizados no serviço, impossibilitando que a fiscalização possa aferir o quantitativo executado. Vale ressaltar que a classificação de empresa que não atendeu aos requisitos exigidos no edital ofenderia aos princípios de igualdade e da impessoalidade, que devem estar presentes nas licitações públicas, a fim de possibilitar aos licitantes uma competição de forma igualitária”.

E que não se diga que seria admissível o diligenciamento pela Comissão para que as Recorrentes apresentassem supervenientemente as composições analíticas em questão, pois tal conduta é expressamente vedada pelo § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 43. (...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**

(grifamos)



Por fim, em respeito ao princípio da eventualidade, cabe-nos refutar o pleito recursal da Shock Engenharia Ltda – ME para desclassificação da RGM Construções Ltda., haja vista que a Recorrente inova quanto à matéria arguida, que sequer chegou a ser suscitada na Decisão recorrida, mesmo porque o citado Julgamento deixa claro que na análise técnica do Departamento de Obras e Fiscalização – DOFIS de fls. 3.471/3.491 não constaram quaisquer ressalvas quanto à Proposta de Preços da RGM Construções Ltda., haja vista a lisura da mesma.

Ademais, os arquivos digitais suscitados pela Recorrente são meramente auxiliares, de modo que a sua eventual ausência não desvirtuaria o conteúdo da Proposta de Preços se os mesmos documentos já constam no respectivo Envelope nº 02 em forma impressa.

Portanto, resta claro que os Recursos Administrativos interpostos pela Shock Engenharia Ltda – ME e pela ART Projetos, Construções e Serviços Ltda EPP não devem prosperar, razão pela qual deve ser mantida a desclassificação das referidas Licitantes e a classificação da RGM Construções Ltda.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, a RGM Construções Ltda. **REQUER** sejam **IMPROVIDOS** os Recursos Administrativos interpostos, mantendo-se a Decisão recorrida que lhe julgou **CLASSIFICADA** e que julgou **DESCCLASSIFICADAS** a Shock Engenharia Ltda – ME e a ART Projetos, Construções e Serviços Ltda EPP.

Aracaju/SE, 17 de novembro de 2016.


RGM CONSTRUÇÕES LTDA
Ricardo Menezes Barreto
Sócio - Administrador
Eng. Civil CREA RN- 270469346-3
RGM Construções Ltda.